



Luta dos Professores

trava
“mobilidade especial”
nos Açores



EDITORIAL

António Lucas

Sensibilidade e Bom Senso

As linhas que vos escrevo não constituem qualquer crítica literária ao romance, do início do século XIX, com o mesmo título, escrito por Jane Austen, no entanto, pretende ser uma crítica às afirmações proferidas pelo Senhor Secretário Regional de Educação, Ciência e Cultura sobre o novo modelo de formação contínua de docentes, na Assembleia Legislativa Regional, a propósito da discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional que altera o Regime de Criação, Autonomia e Gestão das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional.

Na apresentação das “virtudes” do novo modelo de formação contínua para docentes, o Senhor Secretário definiu como objectivos, entre outros, do novo modelo, “acabar com o carreirismo” entre os professores e extinguir as acções de formação em “tapetes de Arraiolos para progressão na carreira”.

Embora se possa vislumbrar o que o Senhor Secretário queria dizer, a estas afirmações faltaram, seguramente, sensibilidade e bom senso, pois o que o titular da pasta da Educação deveria ter dito era que:

Tinha decidido desligar a formação acreditada da progressão, aliás, com esta decisão, demonstrou uma clara aproximação às propostas do Sindicato dos Profes-

sores da Região Açores e da FENPROF relativamente a esta matéria;

Foram os sucessivos governos da República e da Região que fizeram depender a progressão da carreira dos docentes da frequência de acções de formação acreditada, antes da existência dos centros de formação de associação de escolas e durante o tempo de vida destes;

A escolha de acções de formação acreditadas, por parte dos docentes, esteve sempre limitada à oferta que

era apresentada pela Secretaria da Educação e, numa segunda fase, pelos referidos centros. A oferta esteve sempre dependente das verbas que eram disponibilizadas para o efeito, tendo-se centrado, sobretudo, em matérias mais generalistas do que as específicas das áreas disciplinares, facto que levou a maioria dos professores a frequentarem não a acção de

formação que gostariam e que faria mais sentido para o seu projecto formativo, mas aquela que estava disponível e que garantia, com todo o direito, a sua progressão.

Face ao exposto, parece-nos que o Senhor Secretário, talvez imbuído pelo calor do debate na Assembleia Legislativa Regional, não ponderou devidamente as afirmações que proferiu.

Sem desprimor pelos artesãos dos tapetes de Arraiolos! ●

Foram os sucessivos governos da República e da Região que fizeram depender a progressão da carreira dos docentes da frequência de acções de formação acreditada

SPRA
região açores
informação.ano XII.nº69.set.2013

FICHA TÉCNICA

Director:

António Lucas

Conselho de Redacção:

Inês Cabral | Nuno Fonseca | Manuel Jorge Lobão | Dionísia Violante | António Dutra | Leonor Dutra | Elisabete Pires

Editor:

Fernando Vicente

Paginação e Tratamento Gráfico:

Tiago Madeira

Revisão:

Luísa Cordeiro

Colaboração regular:

José Paulo Oliveira (Jornalista)

Propriedade e Edição:

Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA);

Bimestral

Tiragem média:

2.350 exemplares

Impressão e acabamento:

Nova Gráfica, Lda

Dep. Legal:

206452/04

III Série

Distribuição gratuita aos sócios do SPRA

Membro da FENPROF

www.spra.pt

GRISPR:

Gabinete de Recursos e Informação do Sindicato dos Professores

ÁREAS SINDICAIS

STA. MARIA

R. Leandro Chaves, 14
9580-533 Vila do Porto
tel: 296 882 872 | fax: 296 882 872
sprasma@iol.pt

S. MIGUEL

Av. D. João III, Bloco A, nº 10, 3º
9500-310 Ponta Delgada
tel: 296 205 960 | fax: 296 624 698
smiguel@spra.pt

TERCEIRA

Canada Nova nº 21, Sta Luzia
9700-130 Angra do Heroísmo
tel: 295 215 471 | fax: 295 212 607
spra.terceira@mail.telepac.pt

GRACIOSA

R. Dr. Manuel Correia Lobão, nº 22
9880 Santa Cruz Graciosa
tel: 295 712 886 | fax: 295 712 886
spragradosa@netc.pt

S. JORGE

Av. D. António Martins Ferreira, 11r/c
9850-022 Calheta, São Jorge
tel: 295 416 519 | fax: 295 416 519
spra.sjorge@sapo.pt

FAIAL

R. de S. João nº 38 Fracção B, 1º andar
9900 Horta
tel: 292 292 892 | fax: 292 292 282
sprafaial@sapo.pt

PICO

R. José Martins Garcia
9950-302 Madalena do Pico
tel: 292 623 000 | fax: 292 622 023
sprapico@sapo.pt

FLORES e CORVO

R. Fernando Mendonça, 2 R/C
9970-332 Sta Cruz das Flores
tel/ fax: 292 592 976
spra-flores@sapo.pt



Parecer do SPRA

Proposta de alteração ao regime de Criação, Autonomia e Gestão das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional

A Direcção do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA), reunida na cidade de Angra do Heroísmo, divulgou o seu parecer à proposta de alteração ao regime de Criação, Autonomia e Gestão das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 35/2006/A e 17/2010/A, respectivamente, de 6 de Setembro e de 13 de Abril.

O SPRA considera que, na primeira proposta apresentada, além de outros assuntos, havia três aspectos mais ou menos estruturantes do diploma:

- A extinção de um dos órgãos de gestão – a Assembleia de Escola;
- A limitação de mandatos dos Conselhos Executivos;
- E a extinção dos Centros de Formação das Associações de Escolas.

Recuo da SRECC

Foi com surpresa, mas também com satisfação, que o SPRA – sublinha a tomada de posição sindical “na generalidade – registou o recuo do SRECC na nova versão do diploma em apreço, aprovado em Conselho de Governo, no que diz respeito à extinção da Assembleia de Escola, o que, para o Sindicato dos Professores da Região Açores,

representa uma aproximação significativa às posições deste Sindicato e a garantia da manutenção dos princípios essenciais do modelo de Gestão Democrática dos Estabelecimentos Públicos de Educação dos Açores.

Quanto à limitação de mandatos dos Conselhos Executivos, o SPRA gostaria de lembrar que, no início de 2009, o Partido Popular Monárquico apresentou uma proposta à Assembleia Legislativa Regional de idêntico teor, embora a limitação de mandatos abrangesse exclusivamente os Presidentes dos Conselhos Executivos. Os fundamentos apresentados pelo deputado daquele partido foram considerados por alguns Conselhos Executivos, que, na altura, deram pareceres desfavoráveis, como sendo ofensivos. O parecer do SPRA, então apresentado à Comissão de Assuntos Sociais, foi negativo.

Depois de relembrar o resultado da votação da proposta do PPM, em plenário do dia 13 de Maio de 2009 (PS, 29 votos contra; PCP, 1 voto contra; PSD, 17 votos a favor; CDS/PP, 5 votos a favor; BE, 2 votos a favor, e PPM, 1 voto a favor), a Direcção do SPRA realça:

“Quanto aos princípios subjacentes à matéria em causa, receamos que se esteja a comparar o incomparável, ou seja, a seguir uma lógica subjacente à partidocracia vigente, que tantos “amargos de

boca” estão a criar no âmbito autárquico e a contribuir para o afastamento, cada vez maior, entre os cidadãos e a democracia portuguesa.

A lógica partidária da limitação de mandatos terá, eventualmente, ocorrido numa tentativa de controlar e/ou afastar militantes ou ex-militantes que traziam mais problemas políticos do que soluções, situação que não pode ser extrapolada para a gestão escolar, aliás, a limitação de mandatos põe em causa os próprios fundamentos da democracia, como o da soberania do povo, materializada pelo voto secreto e, em última instância, representa um atestado de incapacidade passado aos cidadãos e a falta de legitimidade de todos os actos eleitorais ocorridos na vigência do regime democrático.”

Caminho para o aprofundamento da democracia

Para o SPRA, “a Gestão Democrática das escolas, pelo que representa no caminho para o aprofundamento da democracia e para a melhoria da escola pública e da qualidade da educação e ensino, afirma-se como um modelo inquestionável no Sistema Educativo Regional.”

E acrescenta o documento sindical:

“As questões relativas à autonomia, direcção e gestão dos estabelecimentos de ensino são da maior relevância para a vida das instituições escolares, pela dimensão política que assumem e pela forma como influenciam as relações de trabalho e o clima das escolas.”

“Não se educa na e para a democracia se a escola não estiver organizada de forma democrática e não promover o exercício de direitos essenciais, como sejam o da eleição e participação”, observa o SPRA.

Noutra passagem do parecer sindical, destaca:

“Sendo os órgãos de gestão democrática das escolas, na Região Autónoma dos Açores, eleitos livremente pela comunidade educativa, o SPRA, como organização sindical defensora dos princípios da liberdade, da igualdade e da democraticidade, considera que não se deve subjugar princípios fundamentais a actos de natureza administrativa, porque a “eternização” no poder não depende da decisão dos eleitos, mas da vontade dos eleitores, a qual não pode, em democracia, ser desrespeitada ou condicionada.”

Embora considerando que a alternância é um acto saudável em democracia, ela deve decorrer, naturalmente, por vontade dos cidadãos, ainda que se reconheçam alguns riscos decorrentes do exercício prolongado de cargos de natureza executiva, regista a tomada de posição do SPRA.



Formação

Quanto à extinção dos Centros de Formação das Associações de Escolas, matéria de negociação obrigatória, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, consideramos que deveriam ser conhecidas as causas que levaram à proposta de encerramento dos referidos centros, bem como o resultado da eventual avaliação feita pela administração ao funcionamento dos Centros de Formação das Associações de Escolas.

O SPRA considera ainda que se deverá manter um sistema de formação que garanta, de forma regular e gratuita, a formação geral e específica dos docentes, em igualdade de oportunidades, tendo em vista a actualização da sua formação pessoal e profissional e a melhoria do Sistema Educativo Regional.

O Sindicato entende que a oferta formativa contém um fim em si mesmo, que não deve ser desvalorizado, e que jamais deverá estar associada a quaisquer condicionalismos de mera progressão na carreira.

Por último, o SPRA considera que, “embora variando as percentagens, todas as gratificações devem ter por base o índice 218”.

“Não se compreende a existência de dois índices base para as gratificações”, refere o parecer sindical. Apreciação na especialidade:

“Na especialidade” o SPRA deixa o seu comentário e as suas sugestões:

Artigo 30.º

e) Consideramos que o crédito global de horas deveria ser mantido, uma vez que este sempre representou um instrumento

“As questões relativas à autonomia, direcção e gestão dos estabelecimentos de ensino são da maior relevância para a vida das instituições escolares, pela dimensão política que assumem e pela forma como influenciam as relações de trabalho e o clima das escolas”

importante para a execução do Projecto Educativo de Escola, nomeadamente para a concretização de actividades educativas (foi retirado na última revisão do DLR).

Artigo 59.º

1. Assumindo que a duração do mandato da assembleia (4 anos) não é uma gralha, pensamos que o espaço temporal dos mandatos de todos os Órgãos de Gestão deve ter a mesma duração, tal como o Projecto Educativo de Escola, ou seja, três anos.

Artigo 67.º (anterior 62.º)

2. Este ponto deve manter-se, de forma a garantir que o 1.º Ciclo do Ensino Básico ou a Educação Pré-escolar estejam representados no órgão executivo. Lembramos que a tipologia da maioria das unidades orgânicas é dispersa, levando a um afastamento geográfico dos centros de decisão e frequentemente a um afastamento funcional (foi retirado na última revisão do DLR).

Artigo 71.º (anterior 66.º)

Clarificar as condições necessárias para que uma lista única seja considerada vencedora.

Artigo 76.º (anterior artigo 71.º)

4. Nas unidades orgânicas de pequena dimensão em que seja ministrado conjuntamente o ensino secundário regular com outros níveis de ensino, os vice-presidentes beneficiam de dispensa de 50% da componente lectiva, ou, em alternativa, um dos vice-presidentes beneficia de dispensa de 100% da componente lectiva.

7. Manter a actual redução de 50% para os assessores.

A actividade lectiva tem inerente uma série de actividades como a preparação de

O SPRA foi ouvido pela Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa dos Açores, no dia 21 de Junho, onde apresentou e entregou os pareceres sobre a alteração à legislação actual, propostas pelo Governo Regional, para a educação dos Açores: Direcção e Gestão dos Estabelecimentos de ensino, Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo e Estatuto do Aluno.



aulas, a correcção de testes e trabalhos, para além de reuniões de Direcção de Turma, de Encarregados de Educação e de Departamento, pelo que a diminuição para 25% de redução da componente lectiva não nos parece compatível com o exercício das duas actividades.

Artigo 93.º

4. O Coordenador dos Directores de Turma deve ser eleito pelos membros do Conselho de Directores de Turma e não nomeado pelo Conselho Executivo.

Artigo 95.º

5. e 6. O Coordenador do Serviço deve ser eleito pelos membros do serviço.

Artigo 96.º

4. O Coordenador do Núcleo de Educação Especial deve ser eleito pelos membros que compõem o núcleo, de entre o pessoal docente.

Artigo 139.º

1. A redacção deste ponto deve manter a anterior versão, salvaguardando o direito à gratificação, com excepção do mês de férias. O desempenho de funções em estruturas de coordenação e de apoio, desde sempre, implicou o dispêndio de muito tempo para o cabal cumprimento das tarefas inerentes àquelas funções, profundamente agravado, no presente, pelo processo de avaliação do desempenho docente, entre outros factores, justificando-se, por isso, a atribuição de redução de horas na componente letiva dos docentes envolvidos neste processo, bem como a não distribuição de outras tarefas na componente não letiva de estabelecimento e o pagamento de gratificação. ●

Parecer do SPRA

Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário

Proposta de decreto legislativo regional

A presente proposta representa uma aproximação ao parecer deste sindicato sobre o diploma ainda em vigor. Na época, o SPRA chamou a atenção da, então, Secretária da Educação e Formação para as dificuldades de execução das contraordenações e manifestou os seus receios relativamente à possibilidade de actos de retaliação sobre professores, devido às referidas contraordenações. É, portanto, com satisfação, que vemos a eliminação do articulado sobre esta matéria da actual proposta", sublinha o parecer do Sindicato dos Professores da Região Açores à proposta de decreto legislativo regional de Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário.

Lembrando que a sociedade actual suporta-se em famílias que apresentam características essencialmente diferentes dos núcleos familiares de há duas gerações atrás", o SPRA realça "o crescente papel da mulher no mercado de trabalho, o facto de as famílias serem constituídas por apenas duas gerações, o

aumento da mobilidade por imperativos do mercado de trabalho, o aumento generalizado dos horários de trabalho, as famílias monoparentais e inúmeros outros factores levam-nos a discutir insistentemente a «crise da família»".

Comenta ainda o parecer sindical divulgado a 3 de Julho passado: "A sociedade exige, hoje, à Escola Pública não só o dever de guarda, a aquisição de conhecimentos, mas também a educação, a aquisição de competências, a oferta formativa diversificada, a integração dos filhos dos imigrantes e uma escola inclusiva. Simultaneamente, é-lhe exigido, e muito bem, que atenuie as diferenças sociais, promova, através da educação e do ensino, a mobilidade social. Enfim, a escola é entendida não como uma representação social, mas como um arquétipo social a que dificilmente consegue dar uma resposta absolutamente integradora, apesar do esforço e empenho dos profissionais envolvidos."

Na sua apreciação na generalidade, o SPRA refere que "a Escola Pública

é, na sua essência, uma representação da sociedade com todos os problemas que lhe são inerentes, para os quais dificilmente encontra respostas adequadas, para as quais não está vocacionada nem foi concebida”, e acrescenta: “o sucesso da Escola Pública depende da resolução de problemas sociais a montante. Para tal, terá que ser dotada de equipas de técnicos de intervenção social, de forma a atenuar muitos dos problemas com que é confrontada.”

Apreciação na especialidade

Artigo 27.º

Consideramos que é necessária a revisão deste articulado, no que diz respeito à “transformação” de faltas de pontualidade e de faltas de material em faltas de presença. Não só consideramos que esta “transformação” é de legalidade duvidosa, como o seu efeito será nulo nos casos em que o aluno esteja na escolaridade obrigatória

Admitindo que a falta de atraso e a falta de material são comportamentos que dificultam a relação de ensino-aprendizagem, deve ser neste âmbito que este tipo de faltas deve ter repercussões.

Artigo 34.º

As questões de falta de assiduidade têm graves implicações no processo ensino-aprendizagem, no entanto, o actual enquadramento legal obriga os professores a atribuírem, no âmbito da avaliação sumativa do Ensino Básico, uma classificação aos alunos, mesmo em casos em que a falta de assiduidade do aluno inviabiliza o processo de avaliação. Estes alunos entram na estatística como tendo falta de aproveitamento e o professor como tendo dado “x” níveis negativos.

Seria de rever esta situação, nomeadamente, criar a possibilidade de estes alunos não terem classificação e, nas pautas e fichas de avaliação, constar uma alínea: “sem avaliação por falta de assiduidade”. Desta forma, seria reposta a verdade do processo para o aluno, para o professor e para efeitos estatísticos.

2.

d) – O aluno que tenha as faltas justificadas não deverá ser excluído.

O docente instrutor do processo deverá, no mínimo, estar isento, enquanto durar a instrução do processo, do cumprimento de qualquer outra actividade para além da lectiva.

Artigo 49.º

3. – Pensamos que este ponto é demasiado protector para o prevaricador, até porque as acções deste tipo de aluno são, geralmente, mais vastas do que aquelas que chegam ao conhecimento público.

Por último, referir que chegaram a este sindicato informações sobre alunos

que frequentam a escola apenas para a venda de estupefacientes.

Este facto ocorre, essencialmente, em escolas de meios urbanos e, em alguns casos, com conhecimento e incentivado pelos respectivos Encarregados de Educação. Sobretudo em situações em que o menor tem menos de 16 anos e que, apesar de ser presente

em tribunal, mantém a recorrência do comportamento.

Estas situações deverão ter um enquadramento próprio, nomeadamente de urgência de denúncia ao Ministério Público e eventual retirada do poder paternal, particularmente, quando são do conhecimento e incentivadas pelos próprios Encarregados de Educação. ●



Parecer

Segunda alteração ao Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário

Proposta de decreto legislativo regional

O Sindicato dos Professores da Região Açores considera que o financiamento, com dinheiros públicos, de instituições de ensino particular, cooperativo e solidário, deve realizar-se em valências em que não existam respostas do sistema público ou em situações supletivas ao ensino público.

Em apreciação na generalidade à proposta de decreto legislativo regional (segunda alteração ao Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário), o SPRA sublinha que “numa época de grande contenção das despesas públicas é necessário, mais do que nunca, garantir que o financiamento da educação e do ensino públicos continue a defender padrões de qualidade e respostas edu-

cativas e sociais para as quais a escola pública está vocacionada”.

Embora a proposta em apreço possa incluir o financiamento de instituições que são uma sobreposição à rede de educação e ensino públicos e considerando que o desinvestimento absoluto nessas instituições possa levar a despedimentos colectivos de pessoal docente e não docente, numa conjuntura em que ficará, certamente, sem acesso ao mercado de emprego, nomeadamente, na actividade para a qual possui habilitações e competências, o SPRA concorda, na generalidade, com a Proposta de Decreto Legislativo Regional que altera o DLR n.º 26/2005/A, de 4 de Novembro, alterado e republicado pelo DLR n.º 6/2008/A, de 6 de Março, conclui a Direcção do SPRA. ●

Como se não bastasse o desrespeito destilado pelo MEC sobre os professores sem vínculo, a maioria dos quais reunindo os requisitos legais para, há muito, se encontrarem vinculados, surge agora a cereja no cimo do bolo: uma prova de avaliação de conhecimentos, capacidades e competências dos docentes para o exercício da função docente.

Em conferência de imprensa realizada em Lisboa, em finais de julho, a FENPROF criticava duramente o MEC por mais esta manobra contra os docentes não vinculados, destacando: "Somos, fundamentadamente, contra esta prova desde o momento em que Lurdes Rodrigues a inventou, com o aplauso, mais ou menos envergonhado, do PSD e CDS.

A ideia da prova resulta de uma atitude hipócrita e cobarde da tutela e de um inaceitável protecionismo dos lobbies da formação de professores – instalados em instituições financiadas e acreditadas para formarem professores." A Federação "não reconhece competência, capacidade ou conhecimentos à atual equipa para avançar com o que pretende".

Hipócrita e cobarde este comportamento da tutela

"Face a desconfiças que existam sobre a qualidade da formação inicial de professores e educadores, em algumas instituições, o MEC opta por atacar os mais fracos, que são os docentes", alerta a FENPROF. Lembrando que "os governantes têm argumentado com a baixa qualidade da formação inicial, sem nada fazerem para a sua elevação", a Federação observa:

"É mais fácil, muito mais fácil, levar os jovens ao engano e, depois de um tempo de ilusão, de esforço e de sacrifícios para a obtenção de uma qualificação profissional reconhecida e certificada, destruir-lhes o presente e o futuro. Repetimos: é hipócrita e cobarde este comportamento da tutela."

Prova de avaliação de conhecimentos, capacidades e competências dos docentes para o exercício da função docente

Estes políticos devem estar loucos!

Uma enorme falta de gratidão

O MEC quer obrigar a submeterem-se a este exame professores com 5, 10, 20 ou 30 anos de serviço, avaliados com Bom, Muito Bom ou Excelente e com renovações sucessivas de contrato por reconhecimento da qualidade do seu trabalho.

Professores que foram explorados anos a fio, recebendo salários abaixo do ingresso na carreira; professores que já têm tempo de serviço que justificaria, até, estarem a meio da carreira; professores com horários de trabalho superiores aos dos seus colegas; professores que têm trabalhado num quadro de completa precariedade e que têm sido "pau-para-toda-a-obra" em qualquer ponto do país. "Há aqui, até, uma enorme falta de gratidão, um desrespeito completo pelos profissionais... Falta uma inicial maiúscula a governantes que sujeitam os profissionais a este enxovalho", salienta a FENPROF.

Um exame para quê?

Para avaliar a qualidade destes profissionais? As provas, sublinha a FENPROF, estão mais que dadas em anos e anos a darem o seu melhor ao ensino. Mas o MEC quer mesmo afastar gente das escolas, da profissão, dos concursos... Por isso, exige que, no exame, os professores tenham um mínimo de 14 valores em cada componente.

Curiosamente, admite dispensar da prova os que, com 1 ou 2 anos de serviço, colocados em anterior e até, em não poucos casos, ilegal "oferta de escola", venham a obter colocação no primeiro período do próximo ano letivo, mas não abdica de perseguir os que, por exemplo, com 20 anos de serviço, ficarem desempregados nesse primeiro período. Percebe-se o pretendido: conseguir que, no próximo concurso, dos 45.431 candidatos possíveis, uns valentes milhares de opositores tenham sido liquidados.

Mas isto não é só desrespeitar os professores, é abusar da vida de milhares de cidadãos sérios e trabalhadores, responsáveis e competentes, que são professores, conclui a Federação Nacional dos Professores. ●



António Lucas:

“O SPRA continuará a lutar pela afirmação da Escola Pública, pela valorização dos docentes e pelo futuro dos Açores e do País”



O enquadramento socioeconómico dos Açores e o exercício da profissão docente no arquipélago foram dois temas em destaque na intervenção do Presidente da Direção do SPRA, no 11.º Congresso Nacional dos Professores, realizado em maio, em Lisboa. “Passados 37 anos de regime autónomico, os Açores continuam a ser a Região mais pobre do país” e “o SPRA continuará a lutar pela afirmação da Escola Pública, pela valorização dos docentes e pelo futuro dos Açores e do País” foram mensagens salientes da comunicação de António Lucas.

A ultraperiferia e a descontinuidade geográfica serão, certamente, as principais causas da pobreza da Região; no entanto, na última década, registou-se um processo de aproximação à média do PIB per capita do país, referiu o dirigente sindical. “Este esforço”, prosseguiu António Lucas, “foi feito sem o sobreendividamento da Região. Em 2012, a dívida pública regional correspondia a 20% do PIB dos Açores, enquanto a dívida pública do Estado, no-

período referido, já ultrapassava os 120% do PIB nacional, fazendo com que o pagamento de juros e a amortização da dívida regional não tenham, no Orçamento da Região, o peso que assumem no Orçamento de Estado.

No entanto, as reduções das transferências do Orçamento de Estado para os Açores, conjugadas com o brutal aumento de impostos, dos quais uma parte vai directamente para o Ministério das Finanças, têm tirado muito dinheiro à economia regional, facto que, à semelhança do que acontece no Continente, tem contribuído para a destruição de empresas e de postos de trabalho”.

Desemprego e destruição do aparelho produtivo

Depois de salientar que “a taxa de desemprego regional, que, há cerca de três anos, correspondia a metade da do continente, aproxima-se agora dos valores nacionais e, nos dois últimos anos, os Açores foram a Região do país em que a taxa de desemprego mais cresceu”, o Presidente do SPRA

registou que “tudo isto, articulado com normas de direito comunitário que têm levado ao abate de embarcações de pesca, ao fim das quotas leiteiras e à importação, em condições especiais, de carne bovina da Argentina e do Brasil, tem contribuído para a destruição do aparelho produtivo Regional e, por outro, também a aposta dos sucessivos governos socialistas no desenvolvimento do turismo tem-se revelado uma aposta perdida, não só pela sua sazonalidade, mas também por aprofundar as assimetrias de desenvolvimento nas ilhas mais periféricas. Aliás, é neste sector de actividade, a par da construção civil, que se tem verificado a maior destruição de emprego”. “A maioria dos turistas que visitava os Açores era oriunda do Continente Português e, neste momento, os turistas Portugueses são um grupo cada vez mais reduzido”, concluiu.

Alguma diferença

Depois de afirmar que “o Sindicato dos Professores da Região Açores, membro fundador da FENPROF, tem lutado pela



Para a manutenção do Regime de Gestão e Autonomia dos Estabelecimentos de Educação e Ensino, o SPRA tem contribuído significativamente através de pareceres, campanhas de sensibilização e acção junto dos partidos com assento na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

António Lucas

educativa, e dos órgãos de gestão intermédia pelos seus pares. Para a manutenção deste regime, o SPRA tem contribuído significativamente através de pareceres, campanhas de sensibilização e acção junto dos partidos com assento na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores", declarou António Lucas, que afirmaria em seguida:

"O empobrecimento do currículo verificado no continente pela acção do MEC não teve reflexos nos Açores. Há a registar que a turma padrão do Ensino Básico baixou de 25 para 23 alunos e do Ensino Secundário manteve-se nos 25."

Orçamento

"A redução no Plano e Orçamento da Região para 2013, no setor da Educação, materializa-se na diminuição da construção de novas infra-estruturas escolares; no entanto, a destruição do tecido económico e o agravamento das condições sociais levam-nos a temer pelo desvio de verbas destinadas à Educação para a satisfação de outros compromissos, nomeadamente para apoios sociais", alertou.

"O SPRA continuará a lutar pela afirmação da Escola Pública, pela valorização dos docentes e pelo futuro dos Açores e do País", conclui António Lucas. ●

defesa dos princípios que esta Federação tem vindo a definir para a Educação e pela sua aplicação nos Açores", António Lucas lembrou que "foi possível marcar alguma diferença, em determinados momentos, geralmente pela positiva, relativamente ao exercício da profissão, em 2007, com a publicação de um ECD dos Açores, que salvaguardou, a carreira única, sem quotas na avaliação do desempenho e sem vagas para progressão". "Contudo", disse mais adiante, "a revisão do ECD, apesar de já negociada, foi suspensa e a nova carreira docente de 10 escalões ainda não existe para os docentes dos Açores".

Horários de trabalho

"No que diz respeito aos horários de trabalho, estando definida e regulamentada, no ECD, toda a componente lectiva e não lectiva de estabelecimento e de trabalho individual, continua a existir uma pressão enorme sobre os professores para trabalharem para além do estatuído", sublinhou o dirigente sindical noutra passagem.

"Desde 2008", recordou, "o SPRA tem, ainda, desenvolvido um conjunto de acções com vista à uniformização de horários de trabalho, bem como das reduções da componente lectiva por antiguidade para todos os níveis e setores de ensino." "Quanto aos concursos do pessoal docente, até 2012, conseguiu-se manter a sua anualidade e a impossibilidade de renovação de contratos anuais.

Com a saída do novo diploma, contrariando o que o SPRA sempre defendeu, os concursos interno e externo passam a ser quadriennais, mantendo-se, no entanto, a periodicidade anual do concurso interno de afectação e a impossibilidade da renovação de contratos anuais", observou.

Princípios da gestão democrática

"No âmbito do regime de Gestão e Autonomia dos Estabelecimentos de Educação e Ensino, mantém-se um regime que, na sua essência, respeita os princípios da gestão democrática, com a eleição dos Conselhos Executivos pela comunidade

Ataques sucessivos e inqualificáveis contra os aposentados, reformados e pensionistas

Fátima Garcia, Presidente do SPRA, entre 1999 e 2005, foi uma das vozes que levou à tribuna do 11.º Congresso da FENPROF (Maio 2013) os problemas específicos dos aposentados, reformados e pensionistas. Depois de lembrar que é “sobejamente conhecido que o agravamento da vida de todos os portugueses se tem intensificado progressivamente, com maior incidência nos últimos dois anos”, observou:

“Os aposentados, reformados e pensionistas têm sido um dos alvos preferenciais da política de austeridade de sucessivos governos e, muito particularmente, do actual governo, que, para além do mais, procura passar para a opinião pública a ideia, errada, de que é deste grupo social a responsabilidade do desequilíbrio das contas públicas, pelo peso excessivo que representa no Orçamento de Estado.”

Papel social imprescindível

Essa é uma atitude tão mais indigna quanto mais estes cidadãos, com a sua vida de trabalho, com o seu capital de conhecimento e experiência, com o seu passado de sacrifício e de luta determinada e, até mesmo, com o contributo que sempre deram para os sistemas de Segurança Social, desempenham ainda hoje um papel social imprescindível, quer no seu agregado familiar, sendo o apoio e/ou o suporte de várias gerações (a sua, a do pai e a dos filhos e netos), quer também na sociedade, em geral. Mais, é uma quebra de confiança no Estado (no Governo) com quem estabeleceram um contrato que é, agora, desrespeitado, afirmou Fátima Garcia.

Por tudo isto (e muito mais) – acrescentou a sindicalista – os reformados e pensionistas merecem ser tratados com respeito e que se lhes atribua e mantenha uma pensão digna que lhes permita uma continuação de vida tranquila e sem sobressaltos.

Salientando que “os factos demonstram, exactamente, o inverso” e que “para o governo são um alvo fácil, porque relativa e aparentemente indefesos, e, por isso, a sua exploração e empobrecimento crescem de dia para dia”. Fátima Garcia deixou alguns registos bem expressivos dessa orientação política:



“Não podemos calar a revolta que sentimos perante esta política que nos está a esmagar e a empobrecer cada vez mais o país.”

Fátima Garcia

- A partir de 2003, agravaram-se as condições necessárias à aposentação;

- Entre 2007 e 2010, aos subsídios de férias e de Natal foi deduzido o IRS, facto que, então, não acontecia aos docentes no activo;

- A partir de 2009, foram, gradual e subrepticamente, alteradas, para os aposentados, as taxas de retenção na fonte do IRS, de tal forma que muitos dos nossos colegas vêem hoje, e só por esta via, um agravamento de 6% nos seus descontos mensais;

- As fórmulas de cálculo das pensões têm, também, vindo a sofrer várias alterações desfavoráveis. A remuneração de referência, isto é, a base sobre a qual são efectuados os cálculos, já contém

uma dedução de 11%, equivalente aos denominados descontos para a CGA, ou seja, os professores e demais trabalhadores da Administração Pública mantêm os seus descontos, quer para aposentação, quer para protecção na saúde, mesmo na situação de aposentados.

Manipular a opinião pública

Verdade que o sistema de Segurança Social no nosso país é um sistema solidário, onde cada um não desconta apenas para si, mas quando se apregoa que são os trabalhadores no activo que pagam as pensões dos futuros aposentados, está-se, mais uma vez, a manipular a opinião pública. Fátima Garcia comentou a propósito:

- Ainda no que respeita às fórmulas de cálculo, foi introduzido o “factor de sustentabilidade”, fixado anualmente, em função da esperança média de vida, com o objectivo de reduzir, também, a pensão. - Não contente com tudo isto, este Governo veio agravar ainda mais a situação, tornando-a, mesmo, insustentável.

- O OE para 2012 determinou o corte dos subsídios de férias e de Natal e, não obstante o Acórdão do Tribunal Constitucional (TC) que o considerou inconstitucional e apenas aceitável excepcionalmente para 2012, o Governo, num claro desrespeito por esta decisão, voltou a introduzir, no OE para 2013, o corte do subsídio de férias, sujeitando-o, conscientemente, ao chumbo do TC para agora o poder usar como pretexto para mais austeridade;

- Mas a exploração e o empobrecimento dos pensionistas não se fica por aqui. O OE para este ano criou uma CES a aplicar às pensões de valor superior a 1350€, nas seguintes proporções:

- 3,5% sobre as pensões entre 1350€ e 1800€

- 16% sobre o remanescente, até 3750€,

- 10% sobre a totalidade, se superior a 3750€

Como se tal não bastasse, aplica-se, cumulativamente, uma taxa extraordinária de 15 a 40% a quem usufruir de um rendimento total superior a 3750€.

“Pior ainda, para além destas taxas extraordinárias, aplica-se o IRS sobre a

remuneração total como se tais cortes não tivessem ocorrido. Poderemos dizer que há uma dupla tributação. Inqualificável!”, sublinhou já na ponta final da sua intervenção na assembleia magna da FENPROF.

Lutaremos com determinação!

Ora, para além de sofrerem o efeito das medidas impostas aos trabalhadores no activo e a toda a população, os aposentados, reformados e pensionistas – realçou – sofrem ainda o impacto brutal destas medidas que só a eles se aplicam.

Não podemos calar a revolta que sentimos perante esta política que nos está a esmagar e a empobrecer cada vez mais o país. Integrados nas acções promovidas pelas nossas estruturas representativas, a FENPROF e a CGTP-IN, lutaremos! Lutaremos com força e determinação, garantiu Fátima Garcia. ●

Reivindicações

- Aumento anual das pensões da aposentação numa percentagem que, pelo menos, compense o aumento de preços, de forma a impedir a perda de poder de compra da pensão;
- Devolução do subsídio de férias e de Natal confiscados em 2012;
- Recusa de qualquer aumento da taxa de desconto para a ADSE;
- Eliminação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade, que é um imposto aplicado apenas aos pensionistas, violando o princípio da igualdade consagrado no artº 13º da Constituição da República;
- Recusa de qualquer corte nas pensões, seja qual for o modo como se apresente, e, de uma forma muito particular, com carácter retroactivo;
- Recusa de qualquer “contribuição de sustentabilidade das pensões”;
- Exigência da reposição da percentagem (30%) das despesas com a saúde que pode ser deduzida no IRS, em substituição dos 10% actuais.

(Reivindicações que constam da resolução aprovada no 1º Encontro de Aposentados da Administração Pública, realizado em 5 de junho, em Lisboa, por iniciativa da Frente Comum)



Veritas

O presente texto tem como objecto a tentativa de compreender e explicar os acontecimentos decorrentes do levantamento da greve às avaliações na Região Autónoma dos Açores.

Após o anúncio do Governo Regional da não aplicação, à Região, do regime de mobilidade especial/requalificação, aprovado em Conselho de Governo da República, o Sindicato dos Professores da Região Açores, depois de uma análise profunda da situação e de ter ouvido uma opinião favorável do Secretário Geral da FENPROF, recorde-se que o pré-aviso de greve tinha sido de iniciativa daquela federação, decidiu levantar a mobilização.

Objectivamente, estavam garantidos, até ao final da legislatura, os postos de trabalho dos professores dos Açores e dos funcionários da Administração Regional. Perante esta disponibilidade do Governo Regional e a sua demarcação, nesta matéria, relativamente às políticas do Governo da República, o Sindicato dos Professores da Região Açores, orientado por princípios de boa-fé institucional, decidiu o levantamento da greve, embora ficasse em aberto a possibilidade de os docentes, que assim desejassem, continuarem em greve, uma vez que o referido pré-aviso mantinha-se em vigor.

Pareceu-nos, no entanto, verdadeiramente preocupante quer do ponto de vista político, quer social, a postura de incredulidade manifestada por inúmeros docentes, ou seja, consideravam que o Governo Regional não iria cumprir com o declarado e escrito publicamente. Esta desconfiança sistemática no poder político tem origem, essencialmente, na

última década, podendo ser resumida da seguinte forma:

- 2002–2004 (Durão Barroso/Paulo Portas) e 2004–2005 (Santana Lopes/Paulo Portas) Governos de coligação PPD/PSD com CDS/PP – fim do regime de aposentação da Função Pública e convergência com o sistema da segurança social. Apesar destas medidas rep resentarem o fim de um sistema, ficou garantida a maioria dos direitos adquiridos pelos subscritores da CGA. Digo a maioria, porque as aposentações da CGA passaram a ficar ligadas à idade (36 anos de serviço e 60 anos de idade) e o valor da pensão passou a ser de 90% do ilíquido;

- 2005–2009 (José Sócrates) Governo de maioria absoluta do PS – alteração do regime de convergência da CGA com o da Segurança Social, a idade da aposentação na CGA passa para os 40 anos de serviço e 65 anos de idade, antes da data prevista e criação do regime de sustentabilidade. Alterações nas relações jurídicas de emprego público, alterações nas carreiras da Função Pública (tornam-se mais longas), criação do regime de contrato a termo resolutivo, fim do vínculo de nomeação para a maioria dos funcionários públicos e congelamento do tempo de serviço de 30 de Agosto de 2005 a 31 de Dezembro de 2007;

- 2009–2011 (José Sócrates) Governo de maioria relativa do PS – antecipação de normas do regime de convergência

“A praxis política da última década contribuiu, decisivamente, para esse descrédito, diria, quase absoluto, da acção política e ao divórcio entre eleitos e eleitores”

da CGA com o da Segurança Social, cortes nos vencimentos e congelamento das progressões dos funcionários públicos, cortes nas prestações sociais;

- 2011-2013 (Passos Coelho/Paulo Portas) Governo de coligação PPD/PSD com CDS/PP de maioria absoluta – manutenção do congelamento das carreiras da Função Pública, manutenção dos cortes salariais da Função Pública, roubos dos subsídios de férias e natal aos funcionários públicos e pensionistas, cortes acrescidos nas prestações sociais, aumento brutal de impostos, fim da esmagadora maioria dos regimes transitórios de aposentação, antecipação do regime de convergência da CGA com o da Segurança Social, aumento das comparticipações para a ADSE e CGA (já anunciado), aumento dos horários de trabalho na Função Pública, possibilidade de despedimento, por extinção do posto de trabalho, de funcionários públicos, alterações de carreira e remunerações dos funcionários públicos (medidas em discussão).

Se juntarmos a estas medidas a persistência no incumprimento das promessas eleitorais, o desfasamento entre o discurso político e a prática política, lembro, por exemplo, que o actual Governo da República usou como argumento para o roubo de salários e subsídios da Função Pública, o facto de estes funcionários terem, em contrapartida, a segurança de emprego, o facto de o mesmo Governo que usou esta argumentação ter aprovado legislação que permitirá o despedimento de funcionários públicos, facilmente compreendemos o descrédito existente em relação à classe política, em Portugal.

Infelizmente, a praxis política da última década contribuiu, decisivamente, para esse descrédito, diria, quase absoluto, da acção política e ao divórcio, que esperamos não seja definitivo, entre eleitos e eleitores, o que põe em causa os princípios da Democracia e do Estado de Direito. |

ANTÓNIO LUCAS •



A Luta dos Docentes nos Açores deu Frutos!

Os Professores dos Açores deram um enorme sentido de coesão e união nas greves aos conselhos de turma de avaliação, levando a que a maioria, se não a quase totalidade, dos conselhos de avaliação previstos nas escolas dos Açores não se realizasse nas datas previstas.

Esta importante demonstração de luta levou a que o Governo Regional apresentasse a decisão de não aplicar a Mobilidade Especial/Requalificação aos docentes nesta Região, tornando esta decisão extensiva a todos os funcionários da Administração Pública Regional.

Foi, assim, conseguido um dos objectivos importantes que levaram à luta dos docentes, nomeadamente, a não aplicação da Mobilidade Especial/Requalificação, com consequentes cortes salariais e despedimento massivo de docentes e o não aumento do horário de trabalho. Mais uma vez, podemos concluir que vale a pena estarmos unidos e coesos nas lutas que travamos!

A Direcção do SPRA, aquando dos resultados conseguidos, decidiu, de forma consciente e responsável (como, aliás, tem feito sempre), estando atingido um objectivo fulcral subjacente à luta apelar, por isso mesmo, à desmobilização das greves aos conselhos de turma de avaliação e à greve prevista para o dia 17, coincidente com exame nacional do 12.º ano. Este facto permitia, assim, que as escolas da Região

voltassem à normalidade e que os docentes pudessem constatar que a sua luta tinha sido eficaz e profícua.

O SPRA exigia que o Governo Regional fizesse diferente do que estava previsto no território nacional. O Governo Regional fez diferente, logo, o SPRA tinha, também, que fazer diferente. Não podia continuar uma luta cujo objectivo primordial estava alcançado. Esta decisão, ponderada, foi a mais adequada para a credibilidade da Instituição.

Havendo o compromisso assumido pela tutela, no conselho regional do sistema educativo, de não aumentar o número de horas da componente lectiva, estávamos perante o dilema: aceitávamos ou recusávamos o que havíamos conseguido?

De certeza que os docentes dos Açores nunca iriam entender que um sindicato que defende intransigentemente os docentes tinha recusado a proposta de manutenção dos postos de trabalho! É assim que a determinação das lutas se faz! Foi assim que o SPRA, juntamente com os professores dos Açores, foi conseguindo um leque variado de situações diferenciadoras das do Continente. Mas não nos acomodamos nestas vitórias, continuamos, sempre, com todos, a trilhar sempre um melhor caminho para a Educação e para o Ensino nos Açores.

É assim a nossa postura, e será sempre assim, na defesa intransigente de uma Escola Pública de qualidade! |

FERNANDO VICENTE •

Situações diferenciadoras (mais importantes) entre os Açores e o Continente.

AÇORES	CONTINENTE
Avaliação sem quotas. Carreira única.	Avaliação com quotas para o MBom (20%) e Excelente (5%).
Sem vagas para progressão na carreira	Vagas para progressão na passagem para os 3.º e o 5.º escalões Observação de aulas na passagem para os 3º e 5º escalões.
Entrega de formulários de avaliação somente para os docentes que não estão em progressão: topo da carreira e contratados. Restantes professores e educadores com os períodos avaliativos prorrogados, enquanto o tempo de serviço se mantiver congelado.	Entrega de relatório simplificado.
Grelhas e relatório de avaliação.	Relatório simplificado, descritivo, no máximo de 3 páginas.
Calendário escolar igual para todos os Sectores/Níveis de ensino	Calendário escolar diferenciado para o Pré-Escolar, nomeadamente nas interrupções da actividade lectiva.
Avaliação anual para contratados com aulas observadas (mínimo de duas).	Avaliação plurianual para contratados (observação de aulas somente, a pedido do docente).
Turmas padrão: Pré –Escolar: 20 alunos 1º/2 e 3º Ciclos : 23 alunos Secundário: 25 alunos	Turma padrão: 30 alunos
Par pedagógico no Grupo de EVT	Não existência de Par Pedagógico em EVT
Unidade lectiva de 45 minutos e 4 segmentos de componente não lectiva de estabelecimento para os 2.º, 3.º ciclos e ensino secundário.	Gestão do Horário ao critério do Director, na componente lectiva, que pode ser de 60 minutos Gestão da componente não lectiva de estabelecimento ao critério das escolas.
Recuperação do tempo de serviço congelado, entre 2005 e 2007, com consequente progressão na carreira. (Os Açores foram a única região do País em que os Professores e Educadores progrediram.)	Sem recuperação do tempo congelado. (Há 7 anos que não há progressão na carreira.)
Remuneração Compensatória para quem auferir entre os 1.500 e os 2.000 €.	Corte salarial a partir dos 1.500 €.
Gestão democrática nas escolas.	Diretor nas escolas.
Gratificação dos Presidentes da Assembleia de Escola e do Conselho Pedagógico: 10% do índice 108.	
Escolas de pequena e média dimensão.	Fusão de escolas em mega e giga agrupamentos.
Alguns encerramentos de escolas.	Massivo encerramento de escolas.
Mobilidade Especial/Requalificação não se aplica nos Açores. Sem despedimentos.	Mobilidade Especial/Requalificação aplicada aos docentes, até 60 Km da área de residência. Futuros despedimentos dos docentes.
Horário da componente lectiva não é aumentado, conforme compromisso assumido em Conselho Coordenador do Sistema de Ensino.	Não aumento da componente lectiva.
Inglês no Currículo do 1º ciclo.	Inglês como Actividade Extra-Curricular pago pelas Câmaras Municipais ou Empresas de Formação





Em Defesa da Escola Pública! A Campanha Nacional, promovida pela FENPROF e seus sindicatos, esteve nos Açores, em Angra do Heroísmo, onde contou com a presença de centenas de alunos, professores, pais/ encarregados de educação e população em geral.



Diário Insular

[04] REGIÃO

30.MAI.2013 DIÁRIO INSULAR

PROFESSORES PROMOVERAM JORNADA EM ANGRA DO HEROÍSMO

Ataque à escola pública também se aplica aos Açores



AJO DAS COWAS foi palco ontem de uma jornada em defesa da escola pública que contou com a participação de professores e alunos

António Lucas assegura que as medidas contra a escola pública que serão implementadas em Lisboa vão ter efeitos no sistema de ensino da Região.

O presidente do Sindicato dos Professores da Região Açores, António Lucas, considera que as medidas que serão implementadas a nível nacional no âmbito da educação vão acabar por ter efeitos na Região apesar de existir autonomia no setor. Em declarações ao DI, a propósito de uma iniciativa em defesa da escola pública que decorreu ontem no Alto das Cowas, em Angra do Heroísmo, António Lucas disse que es-

pera que o Governo Regional possa legislar "no sentido de atenuar a intensidade dessas medidas", porque será inevitável a sua aplicação também aos professores, como é o caso do horário das 40 horas semanais que o Governo da República pretende que seja cumprido por toda a função pública. "Por cada três horas dessas cinco a mais que vão ter que ser cumpridas sete professores vão ficar com hora-

rio zero", referiu.

No que se refere ao concurso regional de professores, em que foram disponibilizadas cerca de seis centenas de vagas para sete mil candidatos, o dirigente sindical referiu que houve um retrocesso, uma vez que o ano passado foram admitidos em idêntico concurso cerca de 800 docentes.

No que se refere à jornada da campanha em defesa da escola pública, António Lucas referiu que se trata de uma iniciativa que está a ser realizada em todas as capitais de distrito e nas regiões autónomas.

"O balanço desta iniciativa é muito positivo porque contamos com a participação de algumas centenas de pessoas que chamam a atenção para a importância da escola pública para o futuro do país", afirmou.

A iniciativa em defesa da escola pública realizada em Angra do Heroísmo contou com diversas atividades ao longo do dia de ontem. Após a abertura de uma exposição alusiva ao tema, teve lugar a apresentação de "Os sentidos da música" por parte dos alunos do colégio "O Balaço", seguindo-se um momento de expressão dramática pelos alunos do 4º ano da Escola Infante D. Henrique, uma exposição intitulada "A minha escola" pelos alunos da pré-escola do Jardim de Infância Infante D. Henrique e uma visita dos alunos do 4º ano da Escola Tomás de Borja. Durante a tarde, teve lugar a atuação do sequestro de guitarras constituído por alunos do Conservatório de Angra do Heroísmo e a leitura de um poema da au-

DIÁRIO INSULAR 30.MAI.2013

REGIÃO [05]

toria de Matilde Rosa Araújo sobre os direitos da criança, por alunos do ensino básico. Leonor Meneses, educadora da Escola Infante D. Henrique, participou na iniciativa em defesa da escola pública realizada em Angra do Heroísmo e considera que o setor da educação está a passar "momentos muito difíceis, que colocam a escola pública em perigo". Educadora há mais de três décadas, Leonor Meneses referiu que é necessário "fazer a defesa de uma escola para todos, inclusiva e de qualidade".

A docente adiantou que as medidas que estão a ser implementadas pelo Governo Regional colocam em cau-

sores, funcionários, empobrecendo-a e impedindo-a de cumprir o papel que a Constituição da República lhe atribui", acrescenta o manifesto. No documento é ainda referido que é tempo de impedir que voltemos a ter uma escola desqualificada para a maioria dos portugueses e ofertas educativas qualificadas apenas para as elites".

GREVE EM JUNHO

Os sindicatos representativos dos professores convocaram uma greve de cinco dias que vai abarcar as avaliações - 7, 11, 12, 13 e 14 de junho - além de um dia de greve geral a 17 de junho, primeiro dia dos exames nacionais do ensino secundário.

Direito ao ensino colocado em causa

Os preceitos constitucionais referentes ao direito à educação gratuita. "Estão preocupada com o facto destas crianças pequenas que tenho a meu cargo no futuro não tenham direito à educação com qualidade", acrescentou.

MANIFESTO PELA ESCOLA

Num manifesto sobre a escola pública, a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) apela ao envolvimento dos cidadãos na defesa da escola pública.

"Governantes, do Presidente da República ao Primeiro Ministro, deputados, autarcas, banqueiros, empresários, responsáveis religiosos ou expoentes culturais, quadros intermédios e a generalidade dos trabalhadores, nenhum seria o que é hoje se não tivesse passado pela escola, seja qual for o nível académico que conseguiram atingir", refere o manifesto a favor da escola pública. O documento adianta que "não é exagerado dizer que sem escola não há vida" e que as aprendizagens necessárias para a vida foram obtidas pelos dirigentes do país na escola pública.

"Assim, é difícil entender que sejam precisamente alguns dos beneficiários desta formação que hoje desenvolvem uma campanha de destruição da escola pública, vetando-lhe meios, recursos, profes-

sores, funcionários, empobrecendo-a e impedindo-a de cumprir o papel que a Constituição da República lhe atribui", acrescenta o manifesto. No documento é ainda referido que é tempo de impedir que voltemos a ter uma escola desqualificada para a maioria dos portugueses e ofertas educativas qualificadas apenas para as elites".

Os sindicatos representativos dos professores convocaram uma greve de cinco dias que vai abarcar as avaliações - 7, 11, 12, 13 e 14 de junho - além de um dia de greve geral a 17 de junho, primeiro dia dos exames nacionais do ensino secundário.

Desde 2005 que não se realizava uma greve geral conjunta de todos os sindicatos representativos do setor da educação. O ministério da Educação e Ciência já fez saber que pretende decretar os serviços mínimos para que seja assegurada a realização dos exames nacionais.

Para o presidente do Sindicato dos Professores da Região Açores, os docentes estão a ser acusados de perturbarem o período de exames nacionais.

"As datas dos exames nacionais já foram alteradas noutras alturas devido à realização de greves", afirmou António Lucas.





O Conselho Nacional saúde, igualmente, todos os que participaram nas concentrações e manifestações convocadas pela CGTP-IN para o dia 27 de Junho, incluindo os trabalhadores desempregados, os jovens, os reformados e outras camadas da população

nação e confiança dos trabalhadores na luta, como principal caminho para defender os seus direitos e condições de trabalho e garantir um futuro melhor, constituíram elementos decisivos para o êxito desta Greve Geral”, a tomada de posição do CN deixa algumas observações sobre a dinâmica e o impacto da grande luta

de 27 de Junho:

Uma Greve Geral marcada pela defesa dos direitos e da dignidade dos trabalhadores, a elevação da sua consciência social e a solidariedade intergeracional, traduzida pela grande participação dos jovens na construção da greve e nos piquetes, por um futuro melhor para as novas gerações.

Uma Greve Geral cujo impacto extraordinário não pode estar desligado das lutas desenvolvidas nos mais diversos sectores, nomeadamente as mais recentes realizadas pelos trabalhadores dos Correios, dos Transportes, dos Enfermeiros e dos Professores, que, neste último caso, forçaram o Governo a importantes recuos, alcançando vitórias que abrem caminho ao reforço da luta pelas Escola Pública.

Uma Greve Geral que teve uma forte adesão nos locais de trabalho dos sectores privado, público e empresarial do Estado, em todo o país, desde a paralisação de empresas e sectores industriais ao encerramento da generalidade dos portos marítimos e paragem das lotas e frotas de pesca; da paralisação praticamente total dos sectores ferroviário, fluvial e metropolitano até às elevadíssimas adesões alcançadas nos transportes aéreos, rodoviários urbanos e outros transportes privados de passageiros e comunicações; a elevada participação da Administração Pública nos hospitais, centros de saúde, segurança social, nos sectores da educação, ensino e investigação, justiça e finanças, nas autarquias e serviços municipalizados; as perturbações nos serviços em grandes superfícies comerciais, na hotelaria e cantinas, passando pelo sector financeiro,

Greve Geral

Jornada de luta de excepcional importância

Reunido a 3 de Julho, em Lisboa, já depois das demissões de Gaspar e Portas, o Conselho Nacional da CGTP-IN fez o balanço da Greve Geral de 27 de Junho passado, considerando-a “uma jornada de luta vitoriosa e de excepcional importância”.

N o próprio dia, a FENPROF, em nota de imprensa, destacava: “Apesar de as aulas já terem terminado, a Greve Geral tem um forte impacto nas escolas, com o adiamento de milhares de reuniões previstas e até mesmo, no Ensino Superior, o adiamento de exames. Na Educação Pré-Escolar, sector que, por imposição ministerial, ainda mantém actividade lectiva, são inúmeros os jardins de infância que encerraram. Em suma, quem pensava que 19 dias de intensa luta levariam os professores a não participarem neste momento importantíssimo da luta de todos trabalhadores, enganou-se. Eles aí estão conscientes de que a origem dos problemas que afectam o país e os portugueses são as políticas do actual governo.”

Apesar de realizada num quadro de crescente agravamento da exploração e empobrecimento, de fortes condicionamentos económicos e de estrangulamentos de direitos e liberdades fundamentais, os trabalhadores e trabalhadoras apoiaram e aderiram massivamente ao apelo da CGTP-IN e afirmaram de forma inequívoca a exigência de uma ruptura com o programa de agressão e a política de direita e a realização de eleições antecipadas, dando a oportunidade aos trabalhadores e ao povo de, pelo seu voto, abrir caminho a uma real alternativa política, de esquerda e soberana, destaca a resolução aprovada pelos conselheiros nacionais da Intersindical Nacional.

Depois de referir que “a ampla unidade na acção construída nos locais de trabalho, a par de uma firme determi-

nas IPSS e Misericórdias; o impacto que teve o encerramento de consulados no estrangeiro, na comunicação social e no sector das artes e do espectáculo, entre muitos outros.

Determinação e confiança

Para além da denúncia e contestação da política de direita, a firmeza e combatividade dos trabalhadores rompeu com bloqueios patronais e obrigou várias empresas de diferentes sectores de actividade a responderem positivamente às reivindicações sindicais, pela melhoria dos salários e das condições de vida e de trabalho, sublinha a resolução sindical, em

que a Central unitária saúda as centenas de milhares de trabalhadores com vínculos precários, designadamente jovens e todos quantos, de norte a sul de Portugal e também nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, realizaram a Greve Geral, estando sujeitos a uma brutal exploração, à repressão e a múltiplas arbitrariedades do patronato e do Governo, dando mais uma poderosa demonstração de força, determinação e confiança na luta em defesa dos seus direitos e interesses, contra o memorando da troika que agride os portugueses e humilha o país, por um Portugal Soberano, de Justiça e de Progresso Social.

O Conselho Nacional saúda, igualmente, todos os que participaram nas concentrações e manifestações convocadas pela CGTP-IN para o dia 27 de Junho, incluindo os trabalhadores desempregados, os jovens, os reformados e outras camadas da população que, estando a ser violentamente atacados nos seus direitos e condições de vida, deram expressão de rua à Greve Geral, fazendo ecoar os seus protestos em todo o país.

No caso da Região Autónoma dos Açores, recorde-se, tiveram lugar concentrações nas cidades de Ponta Delgada e Horta. ●

FEFSS

Governo concretizou a ameaça

Num comunicado de imprensa de 24 de maio passado, a CGTP-IN alertava para os perigos de descapitalização do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), caso o Governo concretizasse uma operação cujo objectivo era facilitar a utilização dos respectivos activos para fins diferentes dos estabelecidos na Lei de Bases da Segurança Social.

A CGTP-IN considera que a não diversificação da carteira de investimentos expõe o Fundo a cenários que poderão originar consequências perversas, designadamente a irreversível degradação de parte substantiva do seu valor.

Com a publicação da Portaria nº 216/A/2013, de 2 de Julho, assinada por Vítor Gaspar, no dia em que se demitiu, e por Mota Soares quando badalava que se demitiria no dia seguinte, o Governo de Passos e Portas consumou tal operação a toda a pressa e de forma atabalhoada, alertava a Central em nota divulgada a 5 de Julho passado.

Assim, “o diploma publicado ordena ao Conselho Directivo do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social (IGFCSS) que proceda à substituição



dos activos em outros estados da OCDE por dívida pública portuguesa, até ao limite de 90% da carteira de activos do Fundo”, regista a CGTP-IN, que acrescenta:

“Para justificar esta ordem ferida de ilegalidade, o Governo revela que a medida se inscreve no denominado Programa de Assistência Económica Financeira, imposto pela troika ou por iniciativa do Governo.”

Perante esta ofensiva do Governo ao dinheiro dos trabalhadores, a CGTP-IN reafirma que tal medida subverte o objectivo legal do FEFSS, uma vez que não salvaguarda a estabilidade financeira da segurança social na cobertura das despesas previsíveis com pensões por um período mínimo de 24 meses.

Acresce ainda a tal despudor do Governo – reincidente no desprezo pelo quadro legal que suporta o nosso regime democrático e somando ilegalidade à ilegalidade – a encenação de uma auscultação do Conselho Consultivo (CC) do FEFSS, o qual não se encontra ainda formalmente constituído, uma vez que os respectivos membros aguardam nomeação oficial.

“Perante tal ofensiva do Governo, a CGTP-IN reitera a sua firme determinação de, utilizando todos os meios ao seu alcance, exigir que seja reposta a normalidade dos objectivos do Fundo de Estabilização da Segurança Social, enquanto direito e pertença dos trabalhadores, pelo que ultimaré a apresentação de queixa ao Sr. Provedor de Justiça”, conclui a Inter. ●



foto: impala.pt

Em dois anos de Governo PSD/CDS Mais 238.000 desempregados

Em dois anos de Governo PSD/CDS, o desemprego aumentou em 238 milhares, sendo de 17,6% a taxa de desemprego, a terceira mais elevada de toda a União Europeia.

Segundo a estimativa do Eurostat, existiam 932 mil desempregados em Maio, quando no mesmo mês de 2011 não atingiam os 700 mil e a taxa de desemprego era de 12,6%, sublinha a CGTP-IN em nota recentemente divulgada.

Depois de referir que “o número real de desempregados e subempregados é cerca de 1 milhão e meio, se se tiver em conta os inactivos disponíveis e indisponíveis e os subempregados a tempo parcial”, a Central lembra – isto no início

de Julho passado – que entre os jovens a taxa de desemprego passou dos 29,1%, em Maio de 2011, para 42,1%, em Maio do ano corrente, atingindo o quarto valor mais alto da União Europeia.

“Verificou-se uma ligeira diminuição da taxa de desemprego em relação ao mês anterior, o que é habitual nesta altura do ano devido ao crescimento das actividades sazonais, mas a emigração e a ocupação dos desempregados em medidas activas de emprego e formação também terão que ser consideradas como explicação para esta variação”, acrescenta a Inter.

Ao alertar para as consequências da saída de trabalhadores desempregados, principalmente jovens, do nosso país, à procura de melhores condições de vida e de trabalho noutros países, a Central sindical acusa o Governo de mascarar o aumento do desemprego, como se viu aquando da divulgação dos números, em

Maio último, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Lembrando que “este altíssimo nível de desemprego tem causas e responsáveis”, a CGTP-IN condena “a política desastrosa de destruição da nossa economia que o Governo está a empreender, aplicando de forma agravada o já de si destrutivo memorando da troika que o Governo PS assinou.

Mas o patronato não está isento de responsabilidades já que aproveita as medidas do Governo para explorar ainda mais os trabalhadores.”

Os trabalhadores rejeitam estas políticas, como ficou bem demonstrado na Greve Geral do dia 27 de Junho.

É preciso acabar com este Governo, romper com o programa de agressão e com a política de direita, pôr Portugal a produzir e criar emprego de qualidade, conclui a tomada de posição sindical.

| JPO •



Nacional

Urgente debate sério sobre futuro do 1.º CEB

Questão “muito importante e preocupante para a FENPROF”, colocada aos responsáveis do MEC, é a situação do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Na ânsia de conseguir despedir os docentes contratados das AEC e de provocar ainda maior número de horários-zero, neste grupo de professores, que já conta com o maior número de docentes com ausência de componente letiva, o Ministério da Educação (sublinhava a FENPROF, no momento do fecho desta edição) impõe medidas que poderão provocar uma verdadeira implosão do setor (afinal, tanto ao gosto do atual ministro!):

- As escolas decidirão se os intervalos (pausas letivas) serão ou não considerados para efeito de contabilização da componente letiva;
- Os professores titulares de turma poderão ter as 25 horas preenchidas com a turma;
- Os professores com as 25 horas letivas na turma poderão, ou não, ser coadjuvados (o que dependerá da existência de recursos nas escolas);
- Os professores coadjuvados poderão, ou não, permanecer nas turmas durante o período de coadjuvação;
- Caso os docentes não permaneçam nas turmas, poderão ser desviados para as AEC ou outras atividades;
- Os professores titulares de turma poderão estar apenas 17 horas com a turma, podendo, contudo, apenas permanecer 10 horas com a turma de que são titulares se tiverem permutado com outro colega a leccionação de Matemática e de Português...

...em suma, o 1.º Ciclo, dependendo não da autonomia das escolas, mas dos seus recursos (porque não estão autorizadas a contratar outros docentes para exste efeito), poderá funcionar em regime de monodocência pura e dura, de monodocência coadjuvada ou de pluridocência mitigada, sendo que o professor titular da turma (que ministros anteriores chegaram a achar que, por razões pedagógicas, deveriam manter-se como professores-tutores até ao 6.º ano de escolaridade) poderá exercer a sua atividade, logo a partir do 1.º ano de escolaridade, em efetivo regime de part-time para com a turma de que é titular.

Como destaca a FENPROF, esta é uma irresponsabilidade que merece o firme combate sindical. Para a Federação, é urgente um debate sério sobre o futuro do 1.º Ciclo do Ensino Básico, no que respeita aos aspetos organizacionais do setor, bem como em relação ao regime de trabalho dos seus professores. A FENPROF rejeita alterações avulsas, como as que estão a ser feitas; repudia este comportamento do MEC, que considera os professores do 1.º CEB como “pau para toda a obra”; rejeita o agravamento do horário letivo dos docentes do setor e apela às escolas para que mantenham a regra de os intervalos serem contabilizados como integrando as 25 horas da componente letiva. ●



DISCURSO DIRECTO
Mário Nogueira

2013 Acabar com esta vergonha!

JF – O Governo não desistiu da “mobilidade especial”. Isto quer dizer que daqui a um ano os professores estarão novamente em luta?

MN: Daqui a um ano, não, estamos em luta contra a mobilidade especial desde sempre, logo, também agora. A questão não poderia ser encarada como apenas o adiamento da desgraça por um tempo.

Isso pretendia o MEC, ao afirmar que apenas aplicaria o regime em 2015 e nada mais. De pouco valeria se fosse apenas isso, era necessário garantir que, até esse momento, algo seria feito no sentido de não haver alguém a quem se aplicasse esse regime de mobilidade especial.

“Estamos em luta contra a mobilidade especial desde sempre” **Mário Nogueira**

Ao voltar a colocar a direção de turma na componente letiva, ao considerar letivas, também para quem está em “horário-zero”, um conjunto largo de atividades que não eram consideradas como tal para esses professores, ao permitir a recuperação, já em setembro, dos horários dos que já requereram a aposentação mas ainda a aguardam ou ao garantir um conjunto de outras saídas profissionais para os docentes, foram criadas condições para que, em fevereiro de 2015, não haja um só professor com horário-zero e, assim, a ser empurrado para a mobilidade especial.

Note-se ainda que o impedimento de extinção de horários/postos de trabalho e mesmo, em alguns casos, o seu alargamento, serão também fundamentais para os professores contratados, não apenas para que haja contratação, mas para que, em futuros concursos, haja lugares a preencher através da abertura de vagas nos quadros. ●

Da entrevista de Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF, ao JF, edição de Julho



Docentes e investigadores unidos e mobilizados

“Não ao estrangulamento do Ensino Superior!”

“Não atirem areia para os olhos dos portugueses”. Não há ensino superior a mais. Pelo contrário! E se não se tomarem medidas, “o país não conseguirá alcançar os objectivos a que se propôs, nesta matéria, até 2020”.

O alerta foi dado recentemente numa conferência de imprensa realizada em Lisboa, por iniciativa conjunta da FENPROF e do SNESup. Nesse encontro com os profissionais da comunicação social, Rui Salgado, da FENPROF (coordenador do Departamento de Ensino Superior e Investigação) e António Vicente, do SNESup (presidente da Direcção) chamaram a atenção para as novas cativações e cortes nos orçamentos das instituições do Ensino Superior inscritos no Orçamento Rectificativo, que, em conjunto

com a proposta de lei da “requalificação” (que altera a lei dos vínculos, e a antiga mobilidade especial) e outras medidas como o despacho das vagas, vêm pôr em causa o emprego de muitos docentes e investigadores, convidados ou de carreira, temas que foram retomados na concentração do passado Sábado.

Entretanto, na tarde de 22 de Junho, decorreu uma concentração nacional de docentes do ensino superior e investigadores, oriundos de diferentes pontos do país, frente ao MEC, na Avenida 5 de Outubro. Foi uma das iniciativas anunciadas pela FENPROF e pelo SNESup, no quadro da Semana pelo Ensino Superior e Ciência (realizada entre os dias 20 e 27 de Junho), que incluiu reuniões de docentes e investigadores em diversas instituições.

FENPROF e SNESup unem, assim, esforços e lançam um movimento de debate e de acção em defesa do ensino superior e da ciência, do emprego e da dignidade das carreiras docentes e de investigação. Nas

faixas colocadas junto ao Ministério e nos cartazes empunhados pelos professores, liam-se frases como: “Não ao estrangulamento do Ensino Superior”, “Não a uma política de mão de obra barata”, “Requalificação mais cortes orçamentais igual a despedimentos”.

“O que se está a viver é muito preocupante”, alertaram os dirigentes sindicais:

“Os professores do ensino superior e os investigadores são dos cidadãos mais qualificados do país. A este ritmo, vão ter que procurar outras paragens para trabalhar e viver”, pondo em causa o que se conseguiu em Portugal nos últimos 30 anos!

Políticas de asfixia financeira continuam

A diminuição do financiamento das instituições de Ensino Superior e Ciência tem vindo a comprometer a qualidade do trabalho desenvolvido. Algumas instituições estão já em graves dificuldades. O Orçamento Rectificativo para 2013

vem agravar ainda mais a situação, com a cativação de 2,5% de dotações relativas a remunerações certas e permanentes (a somar a cortes realizados anteriormente), como alertaram os dirigentes sindicais presentes (além de Rui Salgado e António Vicente, também falaram aos jornalistas Manuel Pereira dos Santos, do SPGL/FENPROF e Raul Jorge, da Direção do SNESup).

Sistema de “requalificação”/ mobilidade especial

A proposta de Lei n.º 154/XII, que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas, visa os despedimentos na Administração Pública e é uma provocação aos docentes do ensino superior e investigadores.

Como salientaram os dirigentes sindicais, esta é uma proposta que ameaça gravemente o emprego dos docentes e investigadores, das várias categorias e das várias instituições do Ensino Superior.

“A indignação e as preocupações levam agora à necessidade de agir”, observou Rui Salgado, que, tal como António Vicente, chamou também a atenção para as intenções do Governo (manifestadas por Passos Coelho, junto da troika) em matéria de redução salarial na Administração Pública.

Despacho sobre a fixação de vagas para o ano lectivo de 2013-2014

Apesar de diversas críticas, o Secretário de Estado do Ensino Superior João, Queiró, assinou, no passado dia 11 de Junho o despacho que fixa as vagas para o próximo ano lectivo. Não é aceitável definir matérias desta importância praticamente sem discussão e ignorando as posições dos seus principais intervenientes.

Garantias dos docentes abrangidos pelos regimes transitórios dos Estatutos de Carreira

Apesar da reposição da legalidade conseguida este ano no que se refere ao posicionamento remuneratório dos Professores Auxiliares e Adjuntos que se doutoraram ou obtiveram o título de especialista, persistem vários problemas, nomeadamente na criação de condições para a dedicação dos docentes aos seus planos de doutoramento, e estão a ser efectuados despedimentos ilegais de docentes abrangidos pelas disposições transitórias. | JPO •



Bolseiros

O futuro não se constrói com ciência precária

A Associação de Bolseiros de Investigação Científica (ABIC) reuniu recentemente com a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Nesta reunião, a ABIC pôde expor algumas das suas preocupações em relação à evolução do financiamento do Sistema Científico Nacional, com especial ênfase na precariedade associada aos bolseiros de investigação científica.

A FCT informou a ABIC de que este ano haverá uma redução brutal no número de bolsas atribuídas. Esta é uma situação inadmissível numa altura em que o país continua a precisar de pessoas mais qualificadas e mais bem preparadas para o futuro.

Considerando que a FCT decidiu reduzir, de forma dramática, o número (de 600 para 120) e o valor atribuído aos projectos de investigação financiados, este seria um dos poucos concursos a que milhares de investigadores se poderiam candidatar, na esperança de continuar a fazer Ciência em Portugal.

Muitos bolseiros e investigadores vêem, assim, aumentar a incerteza nas suas vidas e são autenticamente desprezados por uma Fundação que tem, supostamente, o papel de incentivar e potenciar a prática da investigação científica no nosso país. Apesar das críticas feitas ao fim destes

subsídios e à sua aplicação com retroactivos, que incluíram posições de juristas contactados pela ABIC e dos Provedores da Justiça e do Bolseiro, a FCT e a tutela querem manter a redução/corte em vários dos subsídios atribuídos aos bolseiros de doutoramento: participação em reuniões científicas, actividades de formação complementar, execução gráfica da tese, entre outros.

Estes apoios podem ascender a alguns milhares de euros e têm agora de ser suportados na íntegra pelos bolseiros de Doutoramento.

Desrespeito

A ABIC não pode compactuar com esta atitude de profundo desrespeito pelos investigadores científicos.

A FCT, face visível de um Ministério e do Governo, está unicamente empenhada em executar políticas de contenção orçamental, feitas a todo o custo, independentemente do impacto que têm sobre a vida das pessoas.

É preciso mudar! A ABIC exige mais respeito para com os investigadores portugueses e uma FCT que se assuma como um organismo criador de estabilidade e condições de trabalho para os investigadores e não apenas como uma repartição do Ministério das Finanças. •



Divulgação da ciência no ensino básico

O exemplo da EB 1,2,3/JI de Angra do Heroísmo

O esforço e o espírito de iniciativa dos docentes, a par do apoio das comunidades educativas, têm estado na base de um expressivo trabalho de divulgação da ciência nas escolas do ensino básico, na Região Autónoma dos Açores.

Pretende o SPRA Informação abrir o seu espaço a essa temática, deixando aqui o exemplo da Escola Básica 1,2,3/JI de Angra do Heroísmo, onde recentemente teve lugar a Semana da Ciência 2012/2013, evento promovido e dinamizado pelos docentes que integram o Departamento de Ciências Físicas e Naturais, sob a responsabilidade do seu coordenador, o docente Carlos Ormonde, e com a colaboração do Conselho Executivo.

Colaboraram, também, as seguintes entidades/instituições: a Universidade dos Açores (cinco docentes), o Museu de Angra do Heroísmo, os Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, o Laboratório Regional de Veterinária, o Serviço de Desenvolvimento Agrário, o Centro de Saúde de Angra

do Heroísmo, duas clínicas dentárias (Medicangra e Medicabulum) e o Departamento do Ensino Artístico da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba (quatro docentes).

A sessão de abertura foi presidida pela Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, pelos membros do Conselho Executivo, pela Presidente da Assembleia de Escola e pelo Coordenador do Departamento. Em paralelo, decorreu a cerimónia do hastear da Bandeira Verde, relativa ao Programa ECO-ESCOLA 2011-2012. Nela estiveram presentes muitos convidados, uma turma representativa dos alunos do Jardim de Infância e uma turma representativa de cada ano de escolaridade, acompanhados por um docente.

Durante toda a semana foram proferidas dezassete conferências, de maior ou menor complexidade, considerando a faixa etária do público-alvo presente nas mesmas. É de realçar a preocupação notória e esforço comum na preparação das apresentações, expressa por todos os conferencistas, tentando ser perceptível e ir ao encontro das expectativas dos alunos.

Uma das conferências, destinada a docentes, organizada em parceria com o Centro de Formação de Associação de Escolas da Terceira, S. Jorge e Graciosa,

foi recebida com denotado interesse, atendendo ao tema, forma de abordagem e à avaliação e pareceres expressos pelos docentes.

No que concerne ao exercício de evacuação da Escola em caso de sismo, as regras estipuladas foram observadas por todos, pelo que foi uma atividade útil e imprescindível ao funcionamento da Escola, bem sucedida e bem recebida pela Comunidade Educativa.

No período relativo à refeição do almoço decorreu uma dinâmica e saudável atividade, a qual foi, também, aceite com imenso gosto e agrado: a oferta de infusões de plantas aromáticas (tal como no ano letivo passado) e a prova de frutas, na forma de sumos ou de batidos, com sabores preparados com apreciado bom gosto. Ao lado de cada iguaria encontrava-se informação científica com as propriedades e benefícios para a saúde relativa a cada uma.

Outra atividade que, de novo, motivou e foi bem acolhida pelos alunos foi a visualização de órgãos de vários sistemas de animais, os quais foram também objeto de estudo por discentes de 5º, 6º e 9º anos de escolaridade.

Foram, também, realizadas duas visitas de estudo (à Alagoa da Fajãzinha da Agualva e aos Mistérios Negros e



zonas de turfeiras), locais paradisíacos, desconhecidos da maioria dos alunos e, daí, a alegria, o encanto e a fascinação que os mesmos experimentaram. A visita de estudo guiada ao Centro de Ciência de Angra do Heroísmo foi adiada, devido às condições meteorológicas adversas, bem como a sessão de observação do céu noturno.

O Clube de Ciências realizou a atividade "Laboratório Aberto". Nesta, com talento, responsabilidade, entusiasmo e concentração, os alunos membros do clube - promissores cientistas -, apresentaram e explicaram o fundamento científico, no âmbito da Biologia, da Geologia, da Química e da Física, dos recursos expostos e das atividades desenvolvidas desde o início do ano letivo, aos colegas visitantes, durante o período de um dia letivo e, após o mesmo, a partir das dezanove horas, receberam os Encarregados de Educação/Família (sessão que merece, também, especial ênfase pela adesão que recebeu). A duração da visita, efetuada por cada uma das turmas, foi insuficiente para mostrar toda a exposição, a qual foi, a exemplo das outras atividades, recebida com satisfação, curiosidade e admiração rumo a um novo despertar para a Ciência...

No tocante à atividade "Feira de Mineiras", esta continua, indubitavelmente, a ser acolhida de forma generosa e efusiva pela Comunidade Educativa! Um ponto de encontro de todos, que se renovou este ano... ●

Margarida Cecília S.R. Batista Fael

Docente Coordenadora de Física e Química e responsável, também, pela Semana da Ciência



Opinião

Causa efeito

ANIBAL PIRES <http://anibalpires.blogspot.pt/>

A destruição do Estado diminui a qualidade dos serviços que constitucionalmente lhe competem. As "imposições" da troika e a submissão do PSD, do CDS/PP, mas também do PS, vieram acelerar este processo de desmantelamento das funções do Estado, processo que não é tão recente quanto os cidadãos mais distraídos pensam e que, se não for travado, vai acabar por nos conduzir à completa dependência económica e política dos oligopólios financeiros, à servidão.

E se as insuficiências de setores como a educação, a saúde e a segurança social, que se traduzem na diminuição da qualidade dos serviços e apoio prestados, são a parte mais visível da estratégia neoliberal do menos Estado melhor Estado, que mais não pretende do que a sua privatização ou, pelo menos, a paridade com o setor privado, encaminhando, assim, recursos financeiros públicos para remunerar o capital privado. Outros setores da Administração Pública estão paulatinamente a deixar de cumprir as funções que lhe estão cometidas. E, tenho cá para mim, nada disto é por acaso, mesmo sem me meter pelas tergiversações da teoria da conspiração.

Acabei de ler, há momentos, a síntese de um estudo do economista Eugénio Rosa. Sim, é um dos economistas desalinados do sistema, e eu gosto. Gosto de desalinados, rebeldes e insurgentes, pois é com eles que a humanidade cresce e se liberta. O estudo demonstra a incapacidade da administração tributária e da Segurança Social na cobrança de dívidas aos designados "devedores estratégicos", ou seja os grandes devedores, e atribui uma, de entre outras causas, para esse efeito devastador para as finanças públicas.

A causa, ou uma delas, reside na saída "voluntária" ou por despedimento. Estava aqui a tentar encontrar um outro vocábulo com o mesmo significado para tentar amaciar o discurso, mas não vale a pena, é mesmo de despedimentos que

se trata. Veja-se a Portaria n.º 221-A/2013 e outros normativos legais, em discussão na Assembleia da República, que visam o despedimento de milhares de trabalhadores da Administração Pública nacional, tudo em nome do obsessivo dogma da diminuição da despesa pública. Como se a despesa pública em Portugal fosse o grande problema. A verdade é que a despesa pública em Portugal representa 47,4% do PIB e na União Europeia a 27 representa 49,4%. Afinal, a despesa pública na União Europeia é superior, em 2,5%, à despesa pública em Portugal, ninguém diria, mas o EUROSTAT é uma fonte confiável, digo eu.

A degradação dos serviços públicos será a causa, de entre outras, para que as

A minha opção de classe é ao lado dos trabalhadores e do Povo português, a minha opção de classe é pelo lado do coração, pelo lado esquerdo da vida.

Anibal Pires

Finanças e a Segurança Social não tivessem cobrado, entre 2010 e 2012, 4077,5 milhões de euros, o que, adicionando às dívidas de anos anteriores, dá uma soma de 27884 milhões de euros de dívidas às Finanças e à Segurança Social. Nem vos falo dos 4392,9 milhões de euros de impostos que, entre 2007 e 2011, não fo-

ram arrecadados, porque prescreveram, devido à incapacidade do Estado de os cobrar, em tempo útil.

Não há dinheiro, então não há! Há, e é muito! Mas a opção consciente e de classe dos partidos troikistas é a austeridade, são os cortes nos direitos e nos rendimentos de quem trabalha e de quem trabalhou. A opção são as privatizações de empresas e setores estratégicos para a economia nacional, a opção é a destruição do Estado.

A minha opção de classe é ao lado dos trabalhadores e do Povo português, a minha opção de classe é pelo lado do coração, pelo lado esquerdo da vida.

A receita não é nova e não deu resultado em lugar nenhum do planeta, a solução tem de passar pela rutura. Sei que é uma palavra forte, mas se não rompermos com estas opções, que são políticas, o futuro está comprometido, está comprometida a nossa liberdade individual e coletiva. ●

Reflexões

Exames complementares

Instalou-se no sistema educativo esse novo paradigma de que as aprendizagens são devidamente avaliadas com base num desdobramento de exames pelos diversos ciclos de ensino.

A intenção benigna do legislador é reunir indicadores fidedignos, estandardizados e, logo, comparáveis dos conhecimentos dos alunos. Esse paradigma do ensino que, ao longo do ano letivo, converge em túnel para aquela hora e meia de exame, corresponde à extensão do sonho americano às salas de aula portuguesas. E que belo exemplo se foi buscar lá fora, ou não fosse o sistema educativo norte-americano uma referência ao nível mundial, por ser um dos mais eficientes, não propriamente a promover a aprendizagem, mas antes pelo facto de ser muito bem-sucedido no reforço de desigualdades nos conhecimentos adquiridos.

Embora o preâmbulo não o deixe adivinhar, a existência de exames não é inteiramente negativa. Os seus reflexos positivos não se fazem, porém, sentir desta forma. Não de uma forma universal, em que os alunos são varridos do 1.º ciclo

ao secundário com amostras bastante circunstanciais de conhecimentos, em que os professores se veem agrilhoados à obrigatoriedade de promoverem um ensino superficial, em vez de favorecerem aprendizagens profundas e críticas, e em que os pesos das provas parecem ser definidos de forma espúria. Os exames deviam, de facto, ser complementares, como são uma radiografia ou umas análises clínicas. Tal como um médico pede exames complementares para triangular os seus resultados com as respetivas hipóteses diagnósticas e as informações do próprio processo do doente, os professores devem poder encontrar nos exames escolares um elemento avaliativo geral que acrescente algo à avaliação contínua, e não um buraco negro consumidor de tanto desperdício de recursos e energia.

Contudo, o mais grave é que os exames sejam usados, como estão a ser, para, uma vez mais, escamotear o problema nodal do sistema de ensino português: a sua péssima organização: são quatro ciclos de estudos, nenhum deles uniforme quanto ao número de anos e todos eles desajustados às características de desenvolvimento dos alunos. Reformulá-los teria custos? Sim. Seria radical? Claro que sim. Afetaria certos interesses? Pois, com certeza.

No entanto, continua a estranhar-se, cingidamente, que, por exemplo, o terceiro ciclo tenha taxas de insucesso elevadas e persistentes, quando se cria um autêntico vácuo educativo que os próprios alunos já denominaram de "os anos que não contam para nada". E estranha-se tudo isto quando as evidências facilmente indicam que só a este resultado se poderia chegar com semelhante edifício educativo: o terceiro ciclo coincide com a etapa de crescimento em que os jovens são mais propensos ao desafio, usando a contento o desempenho escolar para resistir aos adultos. E não contando as notas, desde o sétimo ano, para um projeto futuro de promoção pessoal, pouco ou nada contem os alunos.

Estabilidade no sistema

Não é de mais exames de que precisamos nas escolas. Do que precisamos nas escolas é de uma estrutura coerente, possivelmente organizada em dois ciclos, de seis anos cada. Um primeiro ciclo para estimular o gosto pela aprendizagem e a autonomia. Um segundo ciclo que ajude a preparar o rumo de cada aluno e, este sim, com exames regulares, desde o sétimo ano. Acrescentem-se três ingredientes, estabilidade, estabilidade e estabilidade, e os resultados aparecerão. | **Francisco Simões/CIIP** ●



[T] 91 278 15 73
[M] Caminho do Concelho nº42
9760-051 BISCOITOS

Protocolo Dentista

Com consultórios em Angra do Heroísmo, Biscoitos e brevemente em S. Sebastião, oferece 20% de desconto a todos Associados do SPRA e seus agregados familiares.



A arte e a beleza estão agora no coração de Angra do Heroísmo. Conceitos como a originalidade e a reutilização encontram expressão na criação de colares e outras peças únicas, numa revelação inesperada da beleza feminina. Venha conhecer o Atelier, no Alto das Covas, nº16, onde estas peças estão à sua disposição, ou então mantenha-se sempre atualizado acompanhando-nos em https://www.facebook.com/BenditosPormenores?ref=br_tf

Breves

Prevista acção nos Açores FENPROF E CNOD apresentam em Lisboa projecto comum



A FENPROF e a Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD) convergiram em torno de um projecto sobre “a importância da escola para todos na inclusão social das crianças e jovens”, co-financiado pelo Instituto Nacional de Reabilitação (INR).

A apresentação do projecto conjunto decorreu em finais de Junho em Lisboa. Presentes Mário Nogueira (Secretário Geral) e Ana Simões, pela FENPROF; e José Reis (Presidente) e Jorge Silva, pela CNOD. O Secretário Geral da FENPROF sublinhou a importância deste projecto e saudou a CNOD pelo trabalho desenvolvido em torno da inclusão. A iniciativa lançada tem como principal objectivo sensibilizar toda a comunidade educativa (docentes, funcionários, alunos com e sem deficiência e suas famílias) para a importância da Escola Inclusiva na inclusão social de crianças e jovens com deficiência, a desenvolver em 6 regiões do país (Norte, Centro, Grande Lisboa, Sul, RA Madeira e RA Açores). Como sublinharam Ana Simões e José Reis, ao longo do período de concretização do projecto, que terá lugar até Dezembro de 2013, serão realizadas várias actividades: debates nas escolas, exposição com painéis informativos sobre a importância da inclusão escolar e social e a produção de uma brochura informativa que será o produto final de todo o projecto, para ser amplamente divulgado por toda a sociedade. ●

“Tardes de Matemática” em Ponta Delgada

Prosseguem em São Miguel as “Tardes de Matemática”. No programa anunciado pela Universidade dos Açores e pela Sociedade Portuguesa

de Matemática (SPM), destacam-se as sessões dos próximos dias 21 de Setembro e 26 de Outubro, dedicadas, respectivamente, aos temas “Uma aventura no mundo dos padrões” e “Estatística: para que te quero?”. João Cabral, do Departamento de Matemática da Universidade dos Açores, dinamiza a primeira daquelas sessões. Áurea Sousa e Osvaldo Silva, do mesmo Departamento, participarão na segunda. Estes encontros, iniciados em Abril passado, decorrem na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, às 15h30. | JPO ●



2ª fase de candidaturas na UAç

Termina a 13 de Setembro a segunda fase de candidaturas aos cursos de doutoramento, mestrados e pós-graduações da Universidade dos Açores – 2013/2014. Toda a informação disponível em www.acesso.uac.pt ●

CARTOON Henrique Monteiro





Livro Coro Padre Tomás de Borba

O presente livro é o resultado do trabalho incansável da Lourdes Maria na pesquisa da história dos 30 anos do Coro Padre Tomás de Borba e do Coro Juvenil da Academia Musical da Ilha Terceira, contribuindo com um valioso subsídio para a sua biografia, feita de uma forma

cuidada e assente nos dados factuais disponíveis, nomeadamente actas, livros de ponto, programas de concertos, notícias de jornais, relatórios e fotografias, com uma nítida preocupação em basear-se nos documentos escritos que falam por si só. A autora oferece-nos um trabalho extremamente completo sobre os coros da AMIT, com informação precisa sobre coralistas, maestros, concertos e repertório, para além dos seus momentos marcantes, tornando esta obra um documento indispensável de memória e consulta dos que no passado e o presente fizeram e fazem a sua história e para os que no futuro lhe darão continuidade. | **Margarida**

Quinteiro, Excerto do Prefácio •

AngraJazz

Já foi apresentado o cartaz da 15.ª edição do Festival AngraJazz, a realizar no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, de 3 a 5 de Outubro.

Das novidades apresentadas, destaque para a cantora norte-americana Cécile McLorin Salvant, que encerra o prestigiado festival, seguido por muitos apreciadores oriundos de vários países. Filha de pai haitiano e de mãe francesa de Guadalupe, Cécile McLorin Salvant foi considerada este ano uma das quatro melhores cantoras do ano pela Jazz Journalists Association norte americana e foi vencedora em 2010 da exigente competição Thelonious Monk em Washington D.C. Deverá ser o primeiro concerto em Portugal.

O festival terá início, como é habitual, com a actuação da Orquestra AngraJazz (com o cantor faialense Manuel Linhares), a 3 de Outubro, seguindo-se o concerto do trio da pianista norte-americana Carla Bley. Para 4 de Outubro, estão previstos os concertos do trio do pianista Fred Hersch e do quarteto do trompetista Ray Anderson, norte-americanos. No terceiro e último dia, 5 de Outubro, o destaque do programa vai para os concertos do trio do contrabaixista português Carlos Bica e da cantora Cécile McLorin Salvant.

O 15.º AngraJazz 2013 mantém os objectivos lançados desde a primeira hora: um festival de grande qualidade, ponto alto do panorama musical anual dos Açores e da Terceira, que ultrapassa as fronteiras da Região, inserido no calendário anual dos melhores festivais de Jazz em Portugal e no mundo; um festival capaz de contribuir para o apuramento do gosto pelo Jazz. •

Mais pormenores em:
www.cm-ah.pt/showNT.php?Id=690



Exposição “Histórias que Vêm do Mar”

“Histórias que Vêm do Mar” apresenta objectos emblemáticos recolhidos nos mares dos Açores, em resultado de uma acção conjunta do Observatório do Mar dos Açores (OMA), do Centro de História de Além-Mar (CHAM), do Museu da Horta (MH), da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD) e do Museu de Angra do Heroísmo (MAH). Inicialmente apresentada na cidade da Horta, no âmbito do estudo dos vestígios arqueológicos subaquáticos recuperados durante os trabalhos arqueológicos de minimização do projecto de requalificação e reordenamento da frente marítima daquela cidade, esta exposição tem sido alargada com painéis e peças associadas a outras realidades do arquipélago, reunindo um acervo variado de que se destacam enormes presas de elefante, âncoras, ânforas e outros objectos do quotidiano de bordo. A mesma pretende deixar marcadas as diferenças entre a arqueologia subaquática e a caça ao tesouro, destacando e enquadrando as metodologias usadas pela investigação científica. •

<http://museu-angra.azores.gov.pt/>



Exposição

“(in) definições atlânticas”, fotografias de Sandra Rocha



O Instituto Açoriano de Cultura e a Câmara Municipal da Madalena do Pico inauguraram, no **dia 5 de Julho**, no **edifício dos Paços do Concelho**, a exposição de fotografia intitulada **(in) Definições atlânticas**, de Sandra Rocha. Esta exposição resultou de um desafio apresentado, em 2005, por este Instituto à fotógrafa Sandra Rocha, com vista à realização de uma exposição fotográfica retratando a realidade insular dos quatro arquipélagos que integram a Macaronésia (Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde), actividade essa desenvolvida pelo IAC, no âmbito do PAAD-Projecto Atlântico de Arte Digital. Esta mostra tem como objectivo a divulgação e conhecimento, através da imagem, de regiões que, apesar dos obstáculos físicos, não são tão diferentes como se julga. Sendo possível encontrar imensos traços comuns de adaptação cultural e social às ilhas nela retratadas. ●

Exposição

Museu de Angra do Heroísmo Art Re.visited

Nesta exposição coletiva, apresentam-se trabalhos de um grupo de artistas da residência Re.function – the eco sustainable art residence – que abordam categorias dicotómicas de carácter sócio-antropológico, do tipo bom/mau, urbe/natura, indígena/industrial, espaço sagrado/espaço amorfo, aparentemente antagónicas, mas que se encontram e se fundem neste espaço expositivo, tornando-se, assim, binómios amorais para um novo grau de consciência. ●

<http://museu-angra.azores.gov.pt>
Sala Dacosta, até 29 setembro



Prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues 2013

Depois de, em 2012, a FENPROF e a SECRE/Corretores de Seguros terem promovido a primeira edição do Prémio Literário António Gedeão, esta iniciativa tem agora a sua segunda edição, com o premiado a ser conhecido em 5 de outubro, Dia Mundial dos Professores. De acordo com o regulamento que a FENPROF e a SECRE estabeleceram, este prémio alterna a poesia (Prémio António Gedeão) e a ficção (Prémio Urbano Tavares Rodrigues). A vencedora da primeira edição (poesia) foi Ana Luísa Amaral, docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, com a obra “Vozes”. Este ano, em segunda edição, estão em apreciação obras de ficção publicadas em 2012 e, tal como no ano anterior, será atribuído ao vencedor um prémio pecuniário no valor de 7.500 euros. Poderão candidatar-se ao prémio docentes e investigadores que tenham publicado a sua obra no

ano atrás indicado. O júri será presidido por Paulo Sucena e contará também com a participação de José Manuel Mendes (Presidente da Associação Portuguesa de Escritores) e Clara Rocha (que presidiu ao júri do Prémio Camões 2013).

Regulamento

O regulamento do Prémio Urbano Tavares Rodrigues poderá ser consultado em www.fenprof.pt, assim como em www.secre.pt. Com a criação deste prémio, as entidades parceiras pretendem valorizar o trabalho dos professores, também para além do que é a sua exigente actividade na escola, daí a escolha da data em que se assinala o Dia Mundial dos Professores para a sua atribuição. ●



spra

O nosso sindicato!
O sindicato que **CONSTRÓI** a diferença!
Junta-te a Nós!

Foi com a **NOSSA** Luta, com a Luta de **TODOS**, que conseguimos:

- > A Turma Padrão: Pré - Escolar: 20 alunos | Ens. Básico: 23 alunos | Ens. Secundário: 25 alunos
- > A salvaguarda do par pedagógico no Grupo de EVT
- > A manutenção da Gestão democrática nas escolas
- > A não aplicação nos Açores da Mobilidade Especial/Requalificação
- > A manutenção do horário de estabelecimento, componente lectiva e não lectiva
- > A garantia da avaliação do desempenho docente sem quotas
- > A inexistência de vagas para progressão na carreira
- > A atribuição da Remuneração Compensatória a quem auferir entre 1.500 e 2.000 €
- > Uma Matriz Curricular do Ensino Básico, com Inglês no 1.º ciclo e a manutenção de áreas curriculares não disciplinares

**Continuaremos
em defesa dos Docentes nos Açores.
CONTIGO!**

www.spra.pt

Membro da **FENPROF**

sindicato dos professores da região açores



SER SINDICALIZADO



Força



Segurança



Vantagens e Apoios Sociais